



Política de Agricultura Urbana e Periurbana de Base Agroecológica: da idéia a sanção

Urban and Periurban Agriculture Policy Based on Agroecology: from idea to sanction

TISCHER COELHO, Tiago¹; DO ROSÁRIO DAMACENO, Andressa²; LOPES, Paulo Rogério³

¹UFPR, ti.tischer@gmail.com; ²UFPR, andieerd@gmail.com; ³UFPR, agroecologialopes@gmail.com

Eixo temático: Agriculturas Urbana e Periurbana

Resumo: O presente relato de experiência buscar apresentar a construção e o fortalecimento da agricultura urbana e periurbana de base agroecológica no município de Matinhos/PR com o objetivo de instituí-la como política pública, impulsionando o desenvolvimento sustentável local. Aprovada por unanimidade na câmara municipal e sancionada pelo poder executivo, as ações planejadas poderão auxiliar os demais municípios da região a replicá-la, valorizando a cultura caiçara, suas práticas em relação ao ambiente qual estão inseridos e seus modos de vida e produção.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Sustentabilidade;

Keywords: Public Policies; Sustainability;

Contexto

A experiência buscou integrar a Agricultura Urbana e Periurbana de base Agroecológica no projeto de desenvolvimento do Município de Matinhos/PR, desde o início do ano de 2018, por meio da consolidação de uma política pública.

Descrição da Experiência

A metodologia inicial utilizada foi a pesquisa-ação, baseada em ações de interesses coletivos, de maneira participativa junto às instituições e população local, na busca de informações que subsidiassem a estruturação da política pública para regulamentar os espaços de horta já existentes no município e a criação de novos. Segundo Kingdom (2003) com a Teoria dos Múltiplos Fluxo, o Empreendedor Político é o indivíduo (ou grupo de indivíduos) que age combinando interesses e ideias, uma vez que esse ator se mobiliza em função de benefícios materiais e da promoção de valores relacionados a uma política. Essas duas dimensões da atuação do empreendedor manifestam-se em um conjunto de ações voltadas à manipulação do processo decisório, uma vez que o empreendedor buscará controlar tanto as regras formais e a dimensão institucional da tomada de decisão quanto os argumentos desenvolvidos em torno de uma questão (BAUMGARTNER e JONES, 1993).

Dada à necessidade de fortalecer os campos de trabalho na área da Agroecologia, e que estes pudessem se consolidar como uma ferramenta capaz de gerar novos



meios de produção e vida em uma relação mais harmoniosa com o ambiente e sua biodiversidade, iniciou-se a pesquisa dentro dos espaços pedagógicos do Setor

Litoral da Universidade Federal do Paraná para subsidiar as articulações com a população local, sociedade civil organizada e com os poderes legislativo e executivo. Em agosto de 2018, após solicitação, foi aberta a Comissão Especial de vereadores: presidente Anderson da Silva dos Santos, Renato Pereira da Silva, Sandro Paulo Ramos, bem como a realização de reuniões públicas no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, para promover estudos relativos à Agricultura Urbana, tendo como base o Projeto de Lei nº 906/2015 que trata da Política Nacional de Agricultura Urbana, já aprovado pelo Congresso Nacional e que aguarda apreciação pelo Senado Federal e a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Social nº 467/2018 de 07 de fevereiro de 2018 que institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.

Ocorreram duas reuniões entre educandos, educadores, integrantes da comissão especial de vereadores, o Diretor da UFPR/Setor Litoral, o Secretário Municipal de Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) e comunidade local para discutir o projeto de lei da Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de Matinhos.

Durante as reuniões para elaboração da Política de Agricultura Urbana e Periurbana foi formada a Rede de Agricultura Urbana de Matinhos, para aprimorar as articulações para além das redes institucionais, onde cabe a participação de múltiplos atores - do governo, da sociedade civil organizada e do setor privado - intersetoriais e intergovernamentais, para desenvolver tecnologias e práticas voltadas a Agricultura Urbana e Periurbana, e principalmente estimular a participação social nesse processo de elaboração, implementação e avaliação permanente do projetos.



Imagem 1. Fonte: Prefeitura Municipal de Matinhos, 2018.



Dito isto, foram elaborados dois projetos de extensão: a) Agricultura Urbana: jardins para se emancipar e b) Tecnologias Sociais Para a Promoção da Segurança e Soberania alimentar. Além destes, teve suma importância no processo o Coletivo de Convivências Agroecológicas da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral (CCA) na pesquisa em campo e no estreitamento de relações com a comunidade e associações de bairro e de moradores.

Ao final dos 90 dias de vigência da Comissão Espacial de vereadores, o Presidente da Câmara Municipal de Matinhos apresentou dois projetos de lei. O primeiro que “institui a Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de Matinhos”. O segundo, que “dispõe sobre a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica”. Os projetos de lei então foram encaminhados para análise e parecer das comissões permanentes.

Resultados

Em fevereiro de 2019, entraram em votação os projetos de lei, que foram aprovados de maneira unânime. Entre os objetivos da nova lei estão: a) aumentar a segurança alimentar e nutricional da população, especialmente daquelas famílias que estão em vulnerabilidade social; b) estimular ações relacionadas à educação ambiental, agroecologia e educação para uma alimentação adequada e saudável; c) promover o bom uso do solo na região urbana e periurbana com ações que visem à inclusão produtiva para fins de subsistência, para a comercialização e para doação; e d) fortalecer redes solidárias de produção, de comercialização e o desenvolvimento local e sustentável. Além disso, tem por princípio planejar e executar suas ações de forma descentralizada com o objetivo de promover soluções de problemas de forma multidimensional organizadas em rede que promovam o diálogo entre múltiplos atores intersetoriais e intergovernamentais.

No mês de março, foram sancionadas as políticas públicas voltadas à Agricultura Urbana e Periurbana e a Agroecologia e produção orgânica, e apresentado ao Poder Público em uma nova reunião pública o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana – gerido por uma Comissão composta pelos integrantes da Rede de Agricultura Urbana de Matinhos e internamente a esta, a Secretaria Executiva composta pela Prefeitura Municipal, UFPR e EMATER.

O Programa prevê, em suma, a criação e manutenção de espaços de hortas urbanas com múltiplas finalidades - hortas comunitárias, terapêuticas, medicinais, escolares, além da implementação do viveiro municipal e o centro de compostagem de resíduos orgânicos. O foco populacional a ser contemplado será prioritariamente o de idosos, mulheres, pessoas abrigadas, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, associações comunitárias, famílias em vulnerabilidade socioambiental, famílias com filhos pequenos e pessoas inclusas no Sistema de Cadastramento único do Governo Federal (CadÚnico).



De acordo com o documento adotado na terceira Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, o item 95 apresenta perspectivas sobre a implementação de políticas públicas e planos de desenvolvimento territorial integrados - como é o caso do Plano Diretor Municipal de Matinhos - em diferentes escalas, possibilitando avanços nos sistemas de segurança alimentar e de nutrição, acesso a serviços, infraestrutura e habitação sustentáveis e economicamente acessíveis.

A agricultura urbana vem de encontro com o consumo e a produção sustentável, local e responsável, além de fortalecer as interações sociais, contribuindo assim para a “criação de cidades mais verdes, segurança alimentar, empregos, gestão de resíduos e bem-estar comunitário”, movimentando diversos setores da sociedade (ONU, 2017).

Apesar do modelo de desenvolvimento urbano adotado no município na década de 1930, as belezas naturais, a biodiversidade e a preservação e conservação de floresta nativa, perduram até os dias graças ao povo caiçara.

Portanto, as ações planejadas para o Município de Matinhos poderão ser reaplicadas em todo o Litoral Paranaense, fortalecendo a cultura caiçara e seus modos de vida e produção, bem como as suas interações com a natureza e a paisagem.

Referências bibliográficas

BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. D. **Agendas and Instability in American Politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

KINGDON, J. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 3. Ed. New York: Harper Collins, 2003.

MATINHOS (Município). Lei nº 2029 de 11 de março de 2019. Dispõe sobre a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Matinhos – PMAPO. **Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná**, PR, n. 1712, 12 mar. 2019. Ano VIII, p. 133.

MATINHOS (Município). Lei nº 2030 de 11 de março de 2019. Institui a Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de Matinhos (PMAUP) e dá outras providências. **Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná**, PR, n. 1217, 12 mar. 2019. Ano VIII, p. 135.